



LULA

“VAMOS RECOLOCAR O PAÍS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO”

O candidato da coligação PT-PL-PCdoB-PMN-PCB, Luis Inácio Lula da Silva, afirma que, para crescer pelo menos 5% ao ano, o país precisa retomar “sua vocação industrial e agrícola, produzir e exportar mais, e atrair capitais estrangeiros voltados para o desenvolvimento”. E diz que gerar empregos será sua “obsessão” nos próximos 4 anos, se eleito



Daniel Garcia

**“Vamos respeitar
criteriosamente
todos os contratos
já firmados”**

Revista Adusp- A política econômica e as políticas públicas implantadas no Brasil nos últimos anos agravaram os indicadores sociais. O país tem hoje dezenas de milhões de pobres e miseráveis e está mergulhado na violência e no crime organizado, com 47 mil homicídios em 2001. É possível dar vida digna aos brasileiros excluídos, e romper a espiral da violência?

Lula - Não há como deixar de relacionar a situação de insegurança e violência com as políticas neoliberais que vêm sendo aplicadas a qualquer custo no Brasil. Elas enfraquecem o Estado, privatizam o patrimônio público construído por gerações, subordinam o crescimento da economia ao pagamento da dívida externa e aos interesses do capital financeiro internacional, geram desemprego, aumentam a pobreza e, em consequência, criam condições para o aumento da violência e da criminalidade. É evidente que não se pode ficar esperando a solução dos problemas do desemprego e da pobreza para depois enfrentar a questão da segurança pública e da violência no Brasil. Mas também não se pode, diante de crises cada vez mais anunciadas, ouvir

dos governantes que “o problema é geral da sociedade e as soluções dependem de todos nós”.

Em 2000, tomei a iniciativa de reunir diversos especialistas em segurança, administradores públicos e privados, e as mais representativas lideranças comunitárias, que depois de 15 meses de trabalho apresentaram um plano nacional de segurança, amplo, profundo e consistente. Esse projeto foi considerado a melhor proposta até então elaborada em nosso país sobre o tema, inclusive por autoridades do governo. E foi incorporado ao nosso Programa de Governo.

Temos dois caminhos pela frente: a necessidade urgente de inibir a escalada da violência e penalizar os que já estão envolvidos com a criminalidade, fazendo justiça e reduzindo a impunidade; e a premissa de salvar a nossa juventude enquanto é tempo, disputando cada jovem com as fontes do crime e da violência, para impedir que se envolvam numa viagem sem volta para a morte precoce, a autodestruição e a barbárie. A reversão da insegurança social somente se alcançará com medidas audaciosas nas esferas policial e social.

Se desejamos mesmo salvar a juventude brasileira, como prioridade absoluta, temos de investir o melhor de nossa energia política e todo o potencial de nossa economia na criação de oportunidades e mecanismos de integração à cidadania, o que envolve emprego e renda, nutrição e saúde, além de educação, esporte e lazer, e acesso à cultura.

Na área policial, é imperioso capacitar, melhorar significativa-

mente a remuneração e moralizar as polícias, criando mecanismos rigorosos de controle, valorizando os profissionais da segurança, qualificando-os e protegendo a sua integridade física, moral e mental. As instituições policiais devem ser mais racionais, orientadas por planejamentos e avaliações sistemáticas, capazes de se antecipar aos problemas, prevenindo-os e agindo com inteligência. Não há polícia sem investigação cientificamente orientada, ou seja, sem o apoio da perícia. No Brasil a perícia está sucateada.

As polícias existem para defender a cidadania e a paz, fazendo cumprir as leis e cumprindo-as, elas próprias, de forma rigorosa e exemplar. O sucesso de algumas experiências de policiamento comunitário, rigoroso com o crime e atencioso com os cidadãos, demonstrou que as incursões bélicas nas periferias e favelas devem ser substituídas pela presença policial constante e qualificada, supervisionada por conselhos comunitários e acompanhada pela presença de outros serviços do Estado.

Revista Adusp - Como o Sr. pretende garantir o crescimento econômico do país, caso vença as próximas eleições?

Lula- O Brasil já demonstrou, historicamente, vocação para crescer em torno de 7% ao ano. Pode voltar a esses índices. Ou voltamos a crescer 5% ao ano, por exemplo, ou não conseguiremos reduzir a vulnerabilidade da nossa economia. Para isso, precisamos devolver ao país sua vocação industrial e agrícola, produzir e exportar mais, es-

timular o setor de serviços, e atrair capitais estrangeiros voltados para o desenvolvimento do País.

Alguns economistas conservadores divulgaram a idéia falsa de que não é possível compatibilizar estabilidade com crescimento. Basta adotar uma política firme de controle da inflação, adequada à economia brasileira. É preciso entender que não somos a Suíça. Não podemos, por enquanto, almejar a mesma inflação obtida em países avançados, de 1%, 2% ao ano. Até por causa dos erros cometidos pelo governo, que levou a uma oscilação forte do dólar, e isso faz muita pressão sobre o aumento de preços. Vamos ter que mudar isso. Primeiro, estabelecendo um nível de inflação realista. Ou seja, que a gente não precise, no meio do caminho, ficar “ajeitando” os números, como acabou de fazer o governo. Mas vamos corrigir isso para permitir que a taxa de juros caia naturalmente, sem afetar a estabilidade da moeda.

O equívoco do governo foi descurar do comércio exterior brasileiro: se tivesse batalhado para conseguir um superávit comercial razoável, os juros já teriam caído. É o que faremos no governo para, em seguida, reduzir também o déficit de transações correntes, para saldar sem atropelos nossos compromissos externos.

Revista Adusp - Nos últimos meses, os índices de desemprego cresceram de modo alarmante, especialmente nas regiões metropolitanas. Que estratégia o Sr. adotaria para combater o desemprego e gerar novos postos de trabalho?

Lula - Em primeiro lugar, quero dizer que criar empregos será a minha obsessão nos próximos quatro anos. Assumi esse compromisso ao lançar em Brasília o nosso Programa de Governo, juntamente com o primeiro caderno temático, “Mais e Melhores Empregos 2002”. Vamos nos dedicar a criar 10 milhões de empregos, que o Brasil necessita para incluir no mercado de trabalho a legião de desempregados que já existe e os milhares de jovens (cerca de 1,4 milhão) que a cada ano procuram seu primeiro emprego. Cada centavo aplicado pelo governo tem que ter como destino a geração de um novo posto de trabalho.

Vamos estimular a geração de empregos em vários setores da economia. Na agricultura, uma reforma agrária negociada e pacífica e uma política de fortalecimento da agricultura familiar vão melhorar muito as condições de vida da população rural. Também vamos incentivar a habitação popular e investir na construção civil, setor que poderá gerar cerca de 3,5 milhões de empregos diretos e 2,2 milhões de empregos indiretos.

Outro ponto importante para buscarmos atingir 10 milhões de empregos em quatro anos é o setor de infra-estrutura. O Brasil precisa recuperar a infra-estrutura nas áreas de transportes, portos, energia elétrica e saneamento básico e os investimentos públicos nessas áreas, aliados ao estímulo de investimentos privados, contribuirão de modo decisivo para o crescimento da economia e geração de empregos.

“Cada centavo aplicado tem que gerar um novo posto de trabalho”

As pequenas empresas são as que mais geram empregos no Brasil e no nosso governo terão atenção especial. Vamos estimular novas iniciativas, abrindo linhas de crédito acessíveis a quem tiver vontade de investir. Por último, não poderia deixar de citar o enorme potencial para a ampliação da indústria turística em nosso país e a geração de emprego e renda nesse setor. Recursos do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, entre outros, serão utilizados para isso.

Revista Adusp - A dívida pública alcançou o patamar, inédito na história do país, de R\$ 700 bilhões. Esse endividamento está na raiz das recentes turbulências financeiras vividas pelo Brasil. Como o Sr. pretende equacionar o problema? Quanto à dívida externa especificamente, que medidas o Sr. pretende adotar?

Lula - Se nós ganharmos as eleições, tomaremos posse no dia 1º de janeiro e vamos respeitar criteriosamente todos os contratos já firmados. Só um irresponsável pode pensar que vai romper contrato. Daí para a frente, vamos criar as condições para que

os novos contratos sejam feitos em bases melhores. É muito importante reduzir os juros que são pagos atualmente. Para que se tenha uma idéia, cada 1% que se reduz nos juros são 6 bilhões a menos no pagamento da dívida interna.

Outra condição importante é aumentar as nossas exportações, promover substituição competitiva de importações e retomar o crescimento da produção. Isso é básico, e vamos nos empenhar totalmente para recolocar o país no caminho do desenvolvimento. Temos que aumentar o poder de compra da grande maioria da população para revigorar o nosso mercado interno. Podendo reduzir os juros, o problema da dívida interna será bem equacionado.

Com relação à dívida externa, não há nenhuma solução mágica. Trata-se de resgatar os títulos no vencimento e apresentar novos títulos em melhores condições de prazo e juros. A remuneração dos títulos da dívida externa, denominados *C Bond*, depende da confiança que o mercado tiver na capacidade de pagamento da própria dívida externa brasileira. Daí a importância de gerar rapidamente saldos comerciais positivos, que representem a capacidade da economia brasileira de possuir moeda forte para pagar esses compromissos.

Apesar das falhas do governo FHC, nosso país ainda tem uma economia sólida, dotada da capacidade de gerar riqueza também em moeda externa, de competir no mercado internacional, e de fa-

zer frente aos nossos compromissos. O setor privado é responsável pela rolagem da dívida privada, e pode aumentá-la ou diminuí-la de acordo com as suas conveniências. E o setor público tem uma dívida reduzida, que não é muito difícil de rolar, mesmo em períodos de maior turbulência.

Revista Adusp - O sistema tributário brasileiro, fortemente regressivo, contribui para a concentração de renda e, portanto, para a manutenção dos níveis de pobreza. Por outro lado, sabe-se que a sonegação fiscal é elevada. Quais as suas prioridades na área de tributação e arrecadação?

Lula - Assumi o compromisso de enviar ao Congresso um projeto de reforma tributária no primeiro ano de governo. Ela terá como objetivo modernizar o sistema tributário, que é injusto. Quem ganha mais, vai pagar mais. Quem ganha menos, não vai pagar ou pagará menos. Vamos propor a modificação da incidência dos tributos, desonerando a produção e as exportações. Aproveito para citar o que afirmamos sobre a reforma tributária no nosso programa de governo: a meta será claramente a de simplificar o sistema tributário nacional, especialmente com o fim da cumulatividade das contribuições e a redução ao longo do tempo da carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda.

Mas essa reforma só poderá ocorrer por meio de um processo negociado com a sociedade, no âmbito do Congresso Nacional,

de modo a não confundir a necessidade estrutural de tornar o País mais justo do ponto de vista tributário, e mais competitivo internacionalmente, com as restrições impostas por um quadro fiscal que requer um processo de transição responsável, para não estourar o equilíbrio fiscal do Estado nem prejudicar os investimentos sociais cada vez mais necessários. Sem prejudicar a classe média brasileira, a reforma tributária terá também como função corrigir distorções, como o elevado nível de sonegação e o chamado planejamento tributário.

Antes do fim do prazo legal para término da CPMF, nosso governo vai encaminhar projeto para que esta contribuição seja mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização do processo de arrecadação. Nosso governo apresentará para debate as seguintes propostas: desoneração da produção, com o fim da cumulatividade das contribuições (PIS, Cofins, CPMF); simplificação do ICMS, transformando-o em IVA (Imposto sobre Valor Agregado); desoneração das exportações; desoneração do investimento produtivo.

Ao mesmo tempo, nosso governo irá investir na negociação de uma política tributária justa e progressiva, que contemple: tributação da fortuna e da herança, conforme já prevê a Constituição desde 1988; redução da carga tributária que recai sobre os setores médios assalariados; redução da carga tributária sobre os bens de consumo de massa (alimentos, vestuário, material de construção e outros).

Temos consciência de que é preciso investir sistematicamente na modernização e profissionalização da Receita Federal e na simplificação da legislação infra-constitucional, de modo a combater eficientemente a sonegação e a elisão fiscal. Nosso governo priorizará a reestruturação do ICMS, no sentido da criação de um IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) amplo e de uma legislação unificada e com poucas alíquotas. O modelo atual do ICMS, com 27 leis e 44 alíquotas, abre espaço para a sonegação.

Revista Adusp - O setor financeiro lucrou extraordinariamente com o modelo econômico implantado no país nos últimos anos. Em 2001, alguns dos bancos apresentaram lucro líquido anual superior a R\$ 1 bilhão. Ao mesmo tempo, a própria Receita admite que o setor quase não recolhe impostos. Os privilégios fiscais dos bancos serão mantidos?

Lula - Não faz sentido repetir os erros do governo atual, e talvez o maior deles tenha sido, justamente, a remuneração privilegiada que deu ao capital financeiro. Esse modelo econômico quase destrói nossa capacidade produtiva. A estabilidade macroeconômica é indispensável, não há dúvida. Mas é só um ponto de partida. Como está destacado em nosso Programa de Governo, a mola propulsora da nação é o seu sistema produtivo, são os trabalhadores bem capacitados, é uma população com escolaridade cada vez maior, são os seus cientistas e pesquisadores.

Revista Adusp - Que papel o Sr. atribui à reforma agrária, pensada em termos do desenvolvimento econômico e social do país?

Lula - A reforma agrária é uma questão de justiça social em nosso país. Nosso governo será capaz de realizá-la sem ser necessário que ocorram invasões de propriedades nem qualquer tipo de violência no campo. Nós temos legitimidade e representatividade para resolver esse problema de forma negociada e pacífica.

Propomos a realização de um Plano Nacional de Reforma Agrária em que as organizações sindicais, os movimentos sociais e a sociedade interessada poderão participar da sua elaboração e implementação. Esse plano deverá definir os prazos, as metas nacionais e regionais e as fontes de recursos a serem aplicados na execução de ações para promover impactos positivos na vida das famílias de trabalhadores rurais e no campo.

É preciso também implantar urgentemente uma política de recuperação dos assentamentos. O acesso a um pedaço de terra sem infra-estrutura adequada nem crédito não oferece condições de produção nem caracteriza uma verdadeira reforma agrária. Nós queremos viabilizar a permanência das famílias assentadas no campo. A reforma agrária é uma luta histórica e será uma prioridade estratégica do nosso governo.

Revista Adusp - A questão crucial da política externa brasileira nos dias de hoje é a adesão ou não à Alca. Que opinião o Sr.

“CPMF será mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização”

tem a respeito? O Sr. acredita na possibilidade de o Mercosul sobreviver à Alca e transformar-se num verdadeiro bloco econômico regional?

Lula - Sem o Brasil a Alca não existe. Neste momento, é mais interessante para o Brasil defender o Mercosul, que passa por uma crise, mas já foi muito importante para a dinamização do comércio entre seus membros, do que simplesmente aderir a um acordo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Reforçar o Mercosul significa atrair os países andinos para dentro do acordo, estreitar os laços com a União Européia, e ampliar o comércio com a China, Índia, com a Ásia de modo geral, com a África do Sul, e com todos os países onde haja espaço para crescer.

O Brasil perdeu terreno no comércio internacional na década passada, justamente por conta de acordos comerciais desfavoráveis e pouco empenho do governo para aproveitar a espetacular expansão comercial que se verificava em todo o mundo. Nesse sentido, não cabe entrar mais uma vez numa aventura comercial onde nada se

“Vamos priorizar o ensino básico sem abandonar o ensino superior”

oferece e muito se exige do Brasil. A proposta da Alca, tal qual está formulada, só traz vantagens para os Estados Unidos da América, que hoje já desfrutam de uma posição privilegiada no comércio brasileiro.

Enquanto os produtos americanos, com raras exceções, entram livremente no Brasil, 60% das exportações brasileiras para os Estados Unidos defrontam-se com algum tipo de obstáculo. São sobretaxas como a do aço e suco de laranja, quando não cotas de importação, como no caso do açúcar, ou ações antidumping e fito-sanitárias, tudo isso reduzindo o potencial exportador brasileiro.

Um estudo feito pela embaixada brasileira em Washington constatou que as exportações brasileiras para os EUA pagam uma tarifa média de 45%, enquanto as americanas para o Brasil pagam em média 15%. E a administração Bush quer discutir a Alca sem colocar na mesa de negociações essas limitações impostas a praticamente todos os produtos nos quais o Brasil é mais competitivo. O que vamos discutir, então? Apenas a redução da TEC (Tarifa Externa

Comum do Mercosul) ou da Lei de Informática, que acabamos de aprovar? Ou a simples anexação do Brasil aos Estados Unidos?

Isso não quer dizer que um governo democrático-popular no Brasil vai ter hostilidade em relação aos Estados Unidos. Afinal, eles representam 25% de nossas importações. Mas não vai ser submisso e defenderá firmemente os interesses do povo brasileiro, fazendo valer o peso que o Brasil possui no contexto internacional. Nossa participação hoje é pequena, mas pode ser aumentada, e o Brasil ainda é a 10ª maior economia do mundo. Não podemos ser tratados como uma república de bananas.

Revista Adusp - Segundo a Unicef, 43% das crianças brasileiras entre 4 e 6 anos estão fora da pré-escola. A educação infantil não é obrigatória por lei, mas proporcionaria melhor rendimento nos primeiros anos do ensino fundamental, pois reduz os índices de repetência e evasão. Por outro lado, só 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Como enfrentar esses graves problemas?

Lula - Vamos dar prioridade ao ensino básico, sim, mas não como fez o governo, que abandonou o ensino superior. A preocupação central do nosso programa de governo é com a qualidade de todo o ensino, do primeiro grau ao superior. Para isso, propomos universalizar o ensino básico e reduzir a evasão escolar. Queremos reverter a atual municipalização da escola pública, que foi feita de

maneira predatória, e estabelecer um novo marco de solidariedade entre os estados e os municípios para ajudar nessa tarefa.

No caso do Fundef, por exemplo, praticamente não houve repasses da União para as instituições, e se isso não for revisto não vamos levar a educação infantil a um novo patamar de qualidade, nem formular uma nova política para o ensino médio. A meta do nosso governo, se vencermos as eleições, é ampliar o Fundef com recursos suplementares e transformá-lo em Fundo de Apoio ao Ensino Básico (Fundeb), conforme proposta de emenda constitucional já apresentada pelo PT na Câmara.

Com relação ao ensino médio, nós nos comprometemos a estabelecer, de imediato, uma política de ampliação de vagas. Vamos ocupar efetivamente os espaços construídos, construir novas escolas, qualificar os profissionais da educação, com uma estratégia pedagógica especial para o nível médio noturno. Vamos garantir a qualidade do ensino médio mediante uma articulação da União e Estados, com o objetivo de prover espaço físico, laboratórios, equipamentos adequados e formação de profissionais.

Revista Adusp - O país tem hoje 20 milhões de analfabetos, quase 14% da população. Na América do Sul, só a Bolívia está em pior situação. Eleito presidente, o que o Sr. faria para mudar esse quadro vergonhoso?

Lula - Realmente é um absurdo que ainda existam analfabetos num país como o Brasil, que tem

uma das dez maiores economias do mundo. Acabar com o analfabetismo é tarefa básica e cidadã de qualquer governo. Ninguém pode ter dúvidas sobre a importância estratégica dos investimentos em educação. É uma meta do nosso programa de governo elevar a educação infantil para um novo nível, para que todas as nossas crianças possam ter a sua formação intelectual assegurada. Nos próximos quatro anos, temos a obrigação de universalizar o ensino do nível pré-escolar até o médio, e ainda garantir o acesso à creche para todos os filhos de mães trabalhadoras.

No campo da educação de jovens e adultos propomos uma política de formação profissional vinculada ao aumento de escolarização. O Mova (Movimento de Alfabetização), que envolve os movimentos sociais e o governo, é uma experiência bem sucedida em várias administrações petistas e pretendemos ampliar esse projeto. Essa é uma dívida histórica com a classe trabalhadora e precisa ser resgatada imediatamente.

Revista Adusp - Nos últimos anos, o governo federal vem comprimindo as verbas destinadas às instituições federais de ensino superior, de sorte que as 52 IFES existentes recebem, juntas, dotação anual de cerca de R\$ 6 bilhões. Para efeito de comparação, as três universidades estaduais públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp) recebem dotação anual de R\$ 2 bilhões. Eleito, o senhor investirá no ensino superior público federal?

Lula - O governo FHC adotou no campo da educação as diretrizes do Banco Mundial, que recomenda a retirada gradual do Estado na manutenção e no desenvolvimento da educação superior pública. Com isso, as universidades públicas foram abandonadas, perdendo, de 1994 a 2001, um terço dos recursos federais que deveriam receber, de acordo com a Constituição. Hoje, elas têm carências sérias de professores porque, nesses oito anos, a demanda por matrícula na universidade aumentou significativamente, enquanto o número de docentes diminuiu.

Então, o primeiro passo é reconhecer o fracasso dessa visão, que trata o ensino como um negócio e não como uma obrigação do Estado e um direito do cidadão. A melhora da educação superior do Brasil depende de políticas e programas que possibilitem uma ampliação significativa da oferta de educação superior pública. Também é preciso recuperar a autonomia universitária, garantindo recursos para a sua administração. Temos que democratizar a educação superior e implementar um sistema de avaliação institucional democrático. Vamos elevar progressivamente os recursos a partir da derrubada do veto presidencial ao Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso Nacional.

Revista Adusp - O Brasil pouco investe em pesquisa, e nos últimos anos as verbas destinadas à pesquisa acadêmica por intermédio das agências de fomento vêm sofrendo sucessivos cortes. O Sr. está dispo-

“Não podemos ser tratados pelos EUA como república de bananas”

to a mudar esse quadro?

Lula - Em julho, encontrei-me com a direção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Goiânia e entreguei a eles o nosso programa de governo para Ciência e Tecnologia, que está completamente integrado ao projeto de nação que pretendemos desenvolver durante o nosso governo. Nesse documento, deixo clara a minha tristeza em ver o país se inserir de forma subordinada no contexto internacional, ocupando hoje um papel secundário e dependente. Não podemos aceitar essa idéia de que a criação científica deve ocorrer apenas nos países desenvolvidos porque isso nos levaria a abdicar do nosso projeto de fazer deste país uma nação livre e respeitada. Trata-se de uma questão de soberania nacional. A ciência e a tecnologia no nosso governo serão usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, expandir postos de trabalho, promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos brasileiros.